



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

BRASÍLIA - DF, 29 e 30 de outubro de 2025

1. ABERTURA

A 7ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 29 e 30 de outubro de 2025, de forma mista, sendo presencial em Brasília/DF e remota por videoconferência.

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, cumprimentou a todos os presentes e solicitou que aguardassem para a entrada dos membros. Após atingir o quórum, apresentou as orientações para a condução da reunião mista, destacando o respeito ao tempo de fala, o uso da função "levantar a mão" no Microsoft Teams para pedir a palavra, microfones desligados fora do momento de fala e câmeras ligadas. Também foi reforçada a necessidade de assinatura da lista de presença virtual e o respeito entre os participantes. Em sequência, deu início à apresentação dos participantes.

Durante a apresentação dos participantes, o Sr. Ulysses Raposo (APEDI) solicitou à coordenação do CPG que fosse considerada a forma de envolvimento e participação das entidades portariadas. Destacou que algumas entidades, embora participem apenas como convidadas, demonstram elevado engajamento nas atividades do Comitê, inclusive com presença constante nas reuniões, de forma presencial ou virtual, enquanto outras entidades formalmente portariadas não mantêm participação regular nos encontros.

2. PARTICIPANTES

Abaixo segue a relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 7ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma remota por videoconferência:

- Secretaria-Executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Souza (Secretária Executiva)

Senhora Thamires Bride Ventura (Apoio Técnico)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Guilherme Scheidt (Apoio Técnico)

Senhor Caio Faro (Apoio Técnico)

Senhora Ananda Lima (Apoio Administrativo)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Adayse Bossolani da Guarda (SNPA)

Senhora Rafaela Maria de Brito (SNPA)

Senhora Carolina Doria (SERMOP)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

Senhora Ynês A. Araújo (SERMOP)

Senhora Giselle Vieira dos Santos (SERMOP)

Senhora Esther Mirian Mesquita (SNPI)

Senhor Willian Bezerra Silva (SNPI)

Senhora Andreline Jordana Leite (SNPI)

Senhora Ana Paula Maia Doin (SNPI)

Senhor Artur Alves Araujo Nogueira

Senhora Jeandria Negreiro Freire

Senhor Leonardo Pinheiro (SNPA)

Senhor Dian Barreto Da Cruz (SNPI)

Senhor Daniel Henrique Cabral (SNPI)

Senhora Elizabethy Almeida (SE)

André Luiz Oliveira (AI)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Antônio Queiroz Lezama

Senhor Roberto Ribas Gallucci

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho

- Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (MB/MD)

Senhor Comandante Alexandre Fonseca Azeredo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Zagaglia

Senhor José Vicente da Silva

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres

Senhora Angela Zaccaron da Silva

Senhor Silvio de Souza Junior

Mariano Giampier Torpoco

- Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SAPE-RN)

Senhor Francisco de Paula Corcino de Souza

- Secretaria Executiva da Aquicultura e da Pesca de Santa Catarina (SAQ-SC)

Senhor Fabiano Müller Silva

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Laís Belsito Pestana

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Frank Max Marques

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Giovani Genázio Monteiro

Senhor Marcos A. Bailon

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Carla Tolentino

Senhora Francine Ramos

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Edivando Soares de Araújo

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Antonio Hisashi Minki

- IX Sindicato da Indústria da Pesca, de Produtos Derivados da Pesca e Armadores de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIPESCA-RS)

Senhor Torquato Ribeiro Pontes Netto

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin

Senhor Gustavo Burle

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

Senhor Paulo Gonçalves

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Thaíza Maria Barreto



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Agnaldo Hilton dos Santos

Senhora Geysa Marinho

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-CE)

Senhor Thiago Holanda Basilio

Senhor Felipe Augusto de Alencar Goyanna

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (SFPA-RJ)

Senhor Marcio Reis de Oliveira

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado da Paraíba (SFPA-PB)

Senhora Priscilla Celes Maciel de Lima

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA-ES)

Senhor Robson Luiz Martins Barbosa

Senhor Gilney Soares Nascimento

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Sergipe (SFPA-SE)

Senhora Ítala Gabriela dos Santos

- Grupo Técnico-Científico do CPG Atuns e Afins (GTC)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Coordenador do GTC)

- Associação dos Proprietários de Barcos de Pesca do Rio Grande do Norte (ASPERN)

Senhor Wilson Justiniano

Senhor Pedro Gilson de Araújo

Senhor Vinicius Melo Seixas

- Associação de Qualificação Social dos Armadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Estado do Ceará (QUALIPESC)

Senhor Emanuel Neves

Senhor Raimundo Feitosa



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Henrique Almeida

Senhor Roberto Gradvol

Senhor Vinícius Seixas

Senhor Wilson Justiniano

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

Senhor André Luiz Dutra Mattos

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos

- Global Fishing Watch (GFW)

Senhora Luana A. Sêga

- Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Senhor John Early

- Oceana Brasil

Senhora Letícia Bruning Canton

- Associação de pescadores e armadores da pesca do distrito de Itaipava no Espírito Santo (APEDI)

Senhor Ulysses Vieira Raposo

- Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA)

Senhor Miquéias Carvalho

- Universidade Federal do Ceará (UFC) Membro do Grupo de Especialistas em Tubarões (SSG) da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)

Senhora Patrícia Charvet (Convidada do CONEPE)

- Collecte Localisation Satellites Group (CLS Brasil)

Senhor Rodrigo Martinez (Convidado ASPERN)

Senhor Júlio Pellegrini (Convidado ASPERN)

Senhor Luiz (Convidado ASPERN)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

AIS	<i>Automatic Identification System</i> , em português: Sistema de Identificação Automática de embarcações
APA	Área de Proteção Ambiental
BET	Bigeye Tuna: albacora-bandolim, <i>Thunnus obesus</i>
BBNJ	<i>Biodiversity Beyond National Jurisdiction Agreement</i> , em português: Acordo sobre a Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CPC	Partes Contratantes da ICCAT, do inglês: <i>Cooperating Non-Contracting Party/ Contracting Party</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAD	<i>Fish aggregating devices</i> , em português: Dispositivos de Agregação de Peixes)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, do inglês: <i>Food and Agriculture Organization</i>
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GFW	Global Fishing Watch
GT	Grupo Técnico
GTC	Grupo Técnico-Científico
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

INDNR	Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
INI MPA/MMA nº 10/2011	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> , em português: União Internacional para a Conservação da Natureza)
LRIT	Sistema de Identificação e Rastreamento de Longo Alcance
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MSE	<i>Management Strategy Evaluation</i> , em português: Avaliação de Estratégia de Gestão)
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDF	<i>Non-Detrimental Finding</i> , em português: Parecer de Extração Não Prejudicial
OROP	Organização Regional para o Ordenamento Pesqueiro
PARNA	Parque Nacional
PMPA	Painel sobre o Programa Nacional de Monitoramento de Atuns e Afins
Portaria MPA/MMA nº 24/2025	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 24, de 29 de janeiro de 2025
Portaria MPA/MMA nº 30/2025	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30, de 17 de abril de 2025
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROPESC	Programa Nacional de Regularização das Embarcações de Pesca
PPP	Permissão Prévia de Pesca
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REC	Recomendação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

RFMO	Regional Fisheries Management Organization: Organização Regional de Gestão de Pescas
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
S	Região Sul
SCRS	<i>Standing Committee Research and Statistics</i> , em português: Comitê Permanente de Pesquisa e Estatística da ICCAT
SE	Região Sudeste
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SFPA	Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura
SIMMAP	Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo
SMA	<i>Shortfin Mako</i> : mako, cação-mako, cação-anequim, (<i>Isurus oxyrinchus</i>)
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SSG-IUCN	<i>Shark Specialist Group</i> , em português: Grupo de Especialistas em Tubarões da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)
TAC	Total Admissível de Captura Anual
TED	Termo de Execução Descentralizada
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
SKJ	<i>Skipjack Tuna</i> : bonito-listrado, <i>Katsuwonus pelamis</i>
YFT	<i>Yellowfin Tuna</i> : albacora-laje, <i>Thunnus albacares</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva



3. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, apresentou a agenda da 7ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

Foi solicitada uma alteração na agenda para antecipar a apresentação do item 15 “Estratégias da Delegação Brasileira na ICCAT” para a parte da manhã, em virtude de alterações da agenda da Sra. Carolina Dória (SERMOP/MPA), trocando com o item 9, da apresentação do GTC. O GTC e os demais participantes concordaram, assim, houve a aprovação da agenda.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CPG ATUNS E AFINS

A Sr.^a Sandra Souza informou que não houve contribuições dos membros nas atas da 5ª e da 6ª Reuniões Ordinária, nem na ata da 8ª reunião Extraordinária, já na ata da 6ª reunião Extraordinária houve contribuição da ABIPESCA que foi aceita. Como não houve oposição, as quatro atas foram aprovadas.

5. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DO CPG ATUNS E AFINS (informação)

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, fez um resumo acerca do percentual de recomendações atendidas, em andamento e não atendidas e da situação dos andamentos das recomendações por categorias, para todas as reuniões anteriores.

Durante o detalhamento das recomendações não realizadas e em andamento, comentou que a [REC 6/2023](#) e [REC 8/2023](#) que estavam em andamento no âmbito do PROPESC. O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) solicitou atenção às [REC 4/2024](#), [REC 08/2024](#) e [REC 11/2024](#), no que a Sr.^a Sandra confirmou que seria falado sobre as recomendações seguindo a ordem das reuniões. Quanto à [REC 3/2024b](#), apesar de não ter ocorrido a reunião entre o GTC e o TED MMA/FURG, o TED se mantinha em andamento. Já a [REC 7/2024b](#), foram feitas algumas reuniões, no entanto, como o NDF não foi



publicado, considera-se que a recomendação se encontrava em andamento. Ao fim, a Sr.^a Sandra abriu espaço para dúvidas.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE), a ser chamado na ata por Cadu Villaça, comentou que poucos dias antes da presente reunião, a professora Rosângela Lessa, da UFRPE, afirmou que o lançamento do NDF seria feito dia 17 de dezembro, no DF. A Sr.^a Laís Pestana (ABIPESCA) complementou dizendo que a informação foi enviada via e-mail pelo IBAMA aos professores que colaboraram com a elaboração do NDF.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) agradeceu à equipe do MPA pela participação com o setor para ouvir as demandas do setor, destacou a aproximação com a frota de Itaipava. Ademais, manifestou preocupação com o PREPS, citando falhas e multas excessivas e solicitou celeridade no tema, maior participação de representantes do sistema no CPG.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu ao Sr. Ulysses e ao Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) por receberem os representantes do MPA durante a visita técnica e informou que o MPA está finalizando cronograma de reuniões virtuais periódicas, o qual se comprometeu a fazer com o setor para ouvir suas demandas. Sem mais manifestações, deu início a próxima pauta.

6. INFORMES DE MONITORAMENTO E CONTROLE NO ANO DE 2025

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou sobre o Grupo Técnico de Prevenção e Combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INDNR), instituído pela [Resolução n° 2/CIRM, de 22 de maio de 2025](#). Destacou que o objetivo do GT seria avaliar as estratégias e o contexto do combate à pesca INDNR, tendo realizado a 1ª reunião ordinária no dia 04 de setembro de 2025.

Com relação ao PROPESC, reforçou que as vistorias privadas podem ser feitas ao longo de todo o período do programa, e que o calendário de vistorias públicas foi um pouco alterado, mas segue corretamente o programado, sendo os próximos Estados: Rio Grande do Norte e Pernambuco (01 a 05 de dezembro/2025); Paraíba (01 a 03 de dezembro/2025) e Pará (01 a 12 de dezembro/2025). Informou que apesar de a demanda de extensão das



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

vistorias públicas estar em discussão no MPA, atualmente não há previsão de abrir novamente.

Ademais, informou sobre a retomada da estatística pesqueira pelo MPA, que fez um lançamento de um [combo de ações e produtos](#), em Sergipe, contemplando o [Boletim da Pesca e Aquicultura de 2023 e 2024](#) e o [Painel Unificado de Estatística](#). E reforçou a importância de consulta ao [Painel de Monitoramento da Pesca de Albacora-bandolim](#) e o [Painel de Monitoramento da Pesca de Tubarão-azul](#) de 2025.

O Sr. Miquéias Caralho (APAI PESCA) questionou a presença de dados da frota de Itaipava (1.3) no painel do tubarão-azul e sua inclusão na Portaria de ordenamento. O Sr. Alex esclareceu que os dados foram reportados até abril de 2025, antes da [Portaria MPA/MMA nº 30/2025](#), que não incluiu a modalidade, razão pela qual os valores se repetiram até o fim do ano, mesmo sem novas capturas.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) solicitou a atualização da lista de embarcações acima de 20 m registradas na ICCAT e pediu distinção, no painel do RGP, entre embarcações deferidas com PPP e com RAEP, para evitar confusões. O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou que a lista foi atualizada em 2025 e que pode haver atualização contínua, respeitando o limite pleiteado pelo Brasil. Explicou que o painel contemplava apenas embarcações deferidas vigentes, mas que avaliava incluir informações sobre PPPs, e a Sra. Cláudia sugeriu retirar do título a menção a “PPP ou RAEP”.

O Sr. Rodrigo Sant’Ana solicitou ao IBAMA que reportasse incoerências com a lista da ICCAT por meio de mecanismo simples de reporte para melhorar a gestão da informação, com concordância da Sra. Cláudia.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) parabenizou o MPA e o Sr. Alex pela transparência dos dados, ressaltou a necessidade de avançar também em espadarte e outras modalidades, elogiou o ICMBio pela divulgação da lista positiva e defendeu atualização da lista da ICCAT, além de melhor orientação aos armadores sobre o envio de informações. O Sr. Alex agradeceu, destacou o envolvimento do MPA e do setor nos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

projetos estatísticos e informou que sua equipe seria responsável pela atualização da lista positiva da ICCAT, avaliando melhorias na comunicação.

O ICMBio, o FIESC e a Marinha do Brasil parabenizaram o MPA. A Sra. Mônica Peres (ICMBio) elogiou a iniciativa e questionou as fontes dos painéis. O Sr. Alex Lira explicou a existência de ícone com as fontes, indicando dados e especialistas responsáveis pela avaliação taxonômica.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) afirmou que houve avanço na estatística pesqueira, mas alertou para a ausência de dados da pesca continental, especialmente no Norte, deficiências no Norte e Nordeste e divergências entre IBGE e PeixeBR na aquicultura, defendendo incorporação urgente dessas informações.

O Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) informou a conclusão de projeto com a UFPA para compilação de dados da pesca do Norte (1992–2024), com parte já incorporada ao Boletim, reconheceu lacunas na pesca continental e previu integração de dados do IBGE, PeixeBR e das águas da União ao longo de 2026.

O Comandante Fonseca Azeredo (MB-MD) questionou se os dados atendem à metodologia da economia do mar da CIRM. O Sr. Alex afirmou que atendem parcialmente, informou envio dos dados reconstruídos ao IBGE em setembro de 2025 e que a precificação está sendo tratada em estudo da FURG, com metodologia validada no GT PIB do Mar.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) questionou a recomendação da ICCAT sobre inclusão de embarcações menores que 20 m, e o Sr. Alex respondeu que não houve avanço, apenas discussões sobre divergências na classificação de embarcações brasileiras como de grande porte.

Sem mais discussões, a Secretária Executiva do CPG encerrou a pauta, fez um breve intervalo e deu sequência ao próximo item de pauta.



7. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS EM 2025

A Sra. Sandra Souza informou que foram publicados dois atos normativos: a Portaria MPA/MMA nº 24/2025 Portaria Interministerial MPA/MMA nº 24, de 29 de janeiro de 2025 e a Portaria MPA/MMA nº 30/2025 Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30, de 17 de abril de 2025. Ademais, afirmou que até o fim do ano seria publicada a portaria de as normas de ordenamento da albacora-bandolim, trazendo limite de captura e cotas para 2025.

A Sr.^a Cláudia Zagaglia (IBAMA) sugeriu a publicação, no início do ano, de um ato normativo permanente com as regras estáveis, já que a publicação seria tardia e regramento pouco diferente dos anos anteriores, deixando atualizações e ajustes para portarias complementares, a fim de fortalecer a segurança jurídica e a fiscalização. A Sra. Sandra Souza concordou que a sugestão seria levada em consideração.

O Sr. Giovani Monteiro concordou com o IBAMA, mas reforçou e parabenizou o esforço do MPA na publicação do ato de regramento da pesca do tubarão azul, em parceria com a FURG, UNIVALI e ICMBIO, lamentando as críticas feitas por outro órgão do governo à norma embasada cientificamente e que seguiu recomendações da ICCAT.

Visto que não houve mais manifestações, a Sra. Sandra Souza encerrou a pauta.

Sessão ICCAT

8. ESTRATÉGIAS DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA ICCAT

A Sr.^a Carolina Doria, Chefe da delegação brasileira na ICCAT e Secretária Nacional da SERMOP/MPA, apresentou, juntamente com o Sr. Alex Lira, informações sobre o Comitê de Cumprimento (COC) e a organização da delegação brasileira para a 29^a reunião regular da ICCAT, abordando a estrutura da Comissão, o calendário de reuniões e os documentos que subsidiam os debates. O Sr. Alex destacou questionamentos encaminhados ao Brasil — como atrasos em tabelas de cumprimento, sobrepesca de Albacora-bandolim (BET) em 2023, ausência de observadores de bordo (ST09) e informações sobre medidas para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

tartarugas marinhas — esclarecendo que não se tratavam de temas novos e que já haviam sido respondidos no prazo.

Foram mencionados ainda pontos do PWG, ressaltando que apenas o tema de artes de pesca abandonadas, perdidas ou descartadas possui documentos submetidos, além do debate recorrente sobre inspeção em alto-mar, ao qual o Brasil se posiciona de forma contrária, seguindo recomendação da Marinha, defendendo maior diálogo na Comissão.

O Sr. Alex apresentou a estratégia brasileira no Painel 1 da ICCAT, com foco no MSE do bonito-listrado (SKJ), destacando o protagonismo do Brasil. Informou a revisão de parâmetros após a Recomendação 24-04, a preferência por modelos de manejo mais estáveis e a intenção de liderar proposta de medida de manejo sem alocação imediata, com eventual vigência a partir de 2026, além de não se prever redução de captura para a albacora-bandolim.

Por fim, foram ressaltados avanços do Brasil na ICCAT, como a incorporação de recomendações ao ordenamento nacional, continuidade do CPG, retomada parcial de observadores, projetos de pesquisa, reconstrução estatística, envio de dados e maior transparência. A Sr.^a Carolina reforçou que as posições seriam levadas como posição do país, com possibilidade de consulta ao setor, enquanto o Sr. Alex afirmou que a documentação seria encaminhada ao CPG para avaliação.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) explicou que a entrega tardia dos dados de comprimento do PMPA foi uma decisão técnica diante da ausência de séries históricas, visando evitar questionamentos formais da ICCAT, após manifestação dos EUA no SCRS, e permitir análises mais robustas de seletividade e avaliação de estoques. Informou que os dados apresentados na plenária do SCRS tiveram como base o Projeto de Monitoramento da Pesca de Atuns no Brasil, formalizado por TED entre MPA, MMA e UFRPE. Destacou que o PMPA e projetos como o do tubarão-azul têm fornecido informações essenciais para o cumprimento das obrigações do Brasil nas RFMOs. Ressaltou a relevância do início do MSE da albacora-branca do Sul, liderado pela África do Sul, e do MSE do tubarão-azul (estoques norte e sul). Relatou ainda participação em discussão da FAO, na qual o Brasil



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

foi elogiado pela portaria no Atlântico Sul, indicando possibilidade de sustentabilidade da pescaria com manejo adequado, tema que seria tratado na ICCAT em novembro/2025.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) destacou a necessidade de incorporar o BBNJ às estratégias de fiscalização em alto-mar, por seus impactos sobre diversas RFMOs, defendeu o protagonismo histórico do Brasil no MSE e avaliou que a ICCAT não considera adequadamente questões internas, como alocação de cotas. Manifestou cautela quanto à proposta da GFW, apoiando o AIS apenas de forma complementar e ponderando que o Brasil não deveria submeter proposta de ONG estrangeira, por não gerar reconhecimento ao país.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana ponderou que diferentes estratégias poderiam ser adotadas e que não seria conveniente assumir postura de não apoio, considerando que o AIS já é utilizado no Brasil. Informou parceria entre UNIVALI, Conservation International e ICMBio para avaliar incertezas do rastreamento satelital, incluindo o AIS, e avaliou que o apoio à proposta da GFW poderia ser utilizado como instrumento estratégico futuro.

O Sr. Alex Lira concordou com o prof. Sant'Ana e com o Sr. Cadu quanto à inevitabilidade da inspeção em alto-mar, ressaltando a necessidade de resguardar a soberania da Marinha e a segurança dos pescadores. Considerou positivo apoiar a proposta da GFW, mas avaliou como sensível o Brasil liderá-la, citando a posição da União Europeia. Sugeriu dialogar com outros países apoiadores, apontou o apoio como possível ferramenta de negociação e reforçou que, para a ICCAT, prevalece a Portaria de limite de captura, não questões internas.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) ressaltou o papel estratégico do MRE, ausente na reunião, e destacou a importância de a coordenação do CPG realizar reunião para apresentar subsídios e recomendações da 7ª RO do CPG Atuns e Afins e obter alinhamento institucional.

O Sr. Alex Lira explicou que, apesar do calendário apertado, seria possível realizar reunião com o MRE para tratar dos pontos sensíveis, como em anos anteriores, ressaltando



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que a Chefe de Delegação é a representante oficial do Brasil na ICCAT, mesmo após articulações prévias.

O Sr. André Luiz Oliveira (AI-MPA) informou que o MPA estava em articulação com o MRE para elaborar propostas à ICCAT, incluindo revisão da Rec. 19.1, inspeção em alto-mar e poluição marinha, destacando a necessidade de coordenação prévia por se tratar de temas sensíveis.

O Sr. Alexandre Fonseca Azeredo (Marinha do Brasil) reiterou preocupação com inspeções em alto-mar por terceiros, relatando tratativas com o MRE e diálogo com a Argentina. Alertou para riscos operacionais, tensões nas abordagens, diferenças de procedimentos, barreiras linguísticas e possível uso da força, com impactos à segurança e à soberania. Defendeu que inspeções em embarcações brasileiras sejam realizadas exclusivamente pela Marinha do Brasil, ressaltando a proteção aos pescadores e a necessidade de posição firme na ICCAT.

Representantes da APAI PESCA, do FIESC e da PESCA-BR elogiaram a apresentação e o empenho do MPA e dos pesquisadores, em especial professor Rodrigo Sant'Ana e Paulo Travassos, quanto aos dados.

O Sr. Miquéias (APAI Pesca) destacou que a frota de Itaipava traz para terra todo o lixo gerado a bordo, incluindo resíduos recolhidos no mar, como plásticos e petrechos, com registros em fotos e vídeos, e questionou a avaliação do estoque de SKJ, mencionando entendimento anterior de que o recurso se encontrava em boa condição. O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) sugeriu que o questionamento fosse retomado no período da tarde, após sua apresentação.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) lamentou a alteração da agenda, pediu que as dúvidas fossem anotadas para discussão posterior e ressaltou a relevância das informações sobre lixo e petrechos, destacando que a ICCAT possui critérios para esse reporte e que o Brasil ainda não os envia, avaliando como positiva a possibilidade de submissão proativa desses dados. O Sr. Miquéias acrescentou que os petrechos, especialmente redes, não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

seriam de embarcações brasileiras, e o Sr. Alex Lira reforçou que a identificação da origem é fundamental para o reporte, por permitir atribuir responsabilidades entre CPCs.

Por fim, a Sr.^a Sandra Souza agradeceu as contribuições e encerrou as inscrições em razão do horário, mantendo apenas aqueles que já haviam se inscrito na pauta.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) reconheceu o avanço do programa de observadores de bordo, mas avaliou ser inviável cumprir integralmente as exigências da ICCAT diante do tamanho da frota, sugerindo, com base na Rec. 16-14, a substituição por observação em terra para embarcações menores, especialmente da frota de cardume, a fim de otimizar recursos. Reiterou questionamento anterior sobre o carry-over, citando a albacora-bandolim e o espadarte do Atlântico Sul como exemplos de espécies em que poderia haver uso parcial de cota não pescada.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) confirmou a existência do carry-over e esclareceu que eventual negativa anterior foi um equívoco, informando que o Brasil reporta esse mecanismo à ICCAT. Destacou, contudo, que no caso da albacora-bandolim há pendências que podem impedir o uso do crédito. Sobre observadores, afirmou que verificará a recomendação citada, mas defendeu a priorização do embarque, evitando alternativas que fragilizem o sistema.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) informou que o carry-over é acompanhado quando aplicável, lembrando que o de 2023-2024 foi congelado e reavaliado após aumento da TAC. Ressaltou o histórico de descumprimento do Brasil quanto a observadores, o que enfraquece propostas alternativas, e alertou para a necessidade de considerar apenas normas vigentes.

O Sr. Giovani Monteiro destacou cuidados em abordagens em alto-mar, informou haver dados consolidados sobre recolhimento de lixo pela frota para envio ao MPA e elogiou os dados de observadores, também reconhecidos pela ICCAT, defendendo avaliar sistemas alternativos como o AIS diante das limitações do PREPS.



A Sra. Mônica Peres (ICMBio) elogiou a liderança de Giovani no tema do lixo e indicou que o ICMBio pode apoiar a organização das informações sobre descartes para contribuir com o reporte à ICCAT.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva, agradeceu a apresentação e as contribuições dos participantes e encerrou a pauta, dando início ao intervalo de almoço.

Período da tarde

9 DADOS REPORTADOS PARA A ICCAT 2025

O coordenador do GTC, professor Rodrigo Sant'Ana, apresentou panorama dos dados de 2024 reportados pelo Brasil à ICCAT, ressaltando que a qualidade, consistência e regularidade das informações são essenciais para o cumprimento das obrigações internacionais e para a credibilidade do país. Destacou a importância dos dados de captura, esforço, desembarque e composição das pescarias para o monitoramento das medidas de gestão e para as avaliações científicas.

O professor reconheceu avanços no envio das informações, mas apontou desafios históricos, como a cobertura de observadores de bordo, a consolidação por frota e a integração entre bases, além de diferenças metodológicas e lacunas que exigem transparência e reconhecimento de limitações. Informou que parte dos dados resulta de reconstruções e da qualificação de séries históricas, representando avanço, embora demandem melhorias contínuas, e elogiou o envolvimento do setor na coleta de dados.

Ademais, detalhou a situação das principais espécies: o bonito-listrado (SKJ) manteve condição saudável; a albacora-bandolim (BET) seguiu demandando atenção; a albacora-laje (YFT) permaneceu sob pressão; a albacora-branca (ALB) mostrou situação mais estável; o espadarte do Atlântico Sul (SWO) apresentou diferenças regionais; o tubarão-azul (BSH) teve elevada incerteza; e o tubarão-mako (SMA) foi caracterizado como estoque crítico. Por fim, destacou o alinhamento do Brasil às exigências da ICCAT, o diálogo técnico com a Secretaria e a necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de dados, abrindo espaço para dúvidas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. John Early (CBPA), a ser chamado por Sr. Fumacinha, afirmou que o atum é um recurso migratório e defendeu que a pesca nacional não deveria ser responsabilizada isoladamente, destacando a atuação de frotas estrangeiras próximas à costa brasileira e a necessidade de proteger os pescadores nacionais. Questionou ainda a importação de produtos oriundos de espécies capturadas no Atlântico Sul.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana esclareceu que os estudos apresentados resultam de esforços coletivos no âmbito de acordos internacionais, ressaltando que, por se tratar de espécies migratórias, o Brasil deve cumprir regras pactuadas há décadas. Destacou a responsabilidade compartilhada, o papel do comitê científico e os riscos de descumprimento, enfatizando os limites ambientais dos estoques. O Sr. Fumacinha reiterou a defesa do setor pesqueiro nacional, manifestando preocupação com restrições à pesca artesanal, à importação de pescado e com as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos pescadores.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) afirmou que o prof. Rodrigo apenas analisou os dados disponíveis e elogiou o trabalho do grupo técnico-científico, destacando que, mesmo com limitações, os esforços conjuntos de ciência, governo e setor têm contribuído para recuperar a imagem do Brasil na ICCAT.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) questionou a origem biológica das capturas de bonito-listrado (SKJ) no N-NE, indagando se pertencem ao estoque do Atlântico Oeste ou Leste e se os dados da ICCAT, incluindo marcação, permitem identificar a origem.

O prof. Sant'Ana explicou que a ICCAT reconhece a divisão entre estoques de SKJ, atribuindo majoritariamente essas capturas ao Atlântico Leste, não computadas para o estoque Oeste, embora estudos indiquem alguma transição entre áreas, ainda em aprofundamento. E afirmou que explicaria melhor na apresentação seguinte.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) questionou a situação da albacora-laje (YFT), e o professor informou que a espécie vem extrapolando o TAC há anos, sem tabela



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de alocação, devendo entrar na pauta da ICCAT, com possibilidade de o Brasil fortalecer sua posição em eventual discussão de alocação.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou análises de seletividade e tamanho de captura de YFT e BET, indagando diferenças entre cardume e cerco, e mencionando relatos de capturas muito pequenas por frotas cerqueiras.

O prof. Sant'Ana explicou que as avaliações indicaram que, no Brasil, cerco com FAD, cardume e handline removem majoritariamente juvenis de YFT e BET, com padrões semelhantes, o que compromete a recuperação dos estoques e fundamenta as discussões na ICCAT.

O Sr. Cadu defendeu reforço da amostragem nas empresas e conserveiras para dar maior robustez aos dados, sugeriu cooperação para acompanhar desembarques e questionou se aumentos do TAC de BET priorizariam pequenos capturadores.

O professor esclareceu que há medições em indústrias e desembarques não industriais, com boa cobertura espacial, embora exista déficit na frota de cerco, e reforçou a necessidade de aprimorar a coleta com apoio do setor. Quanto ao BET, afirmou que não há definição formal, mas há espaço político para defender maior acesso de países costeiros em desenvolvimento, como o Brasil, desde que mantidas as regras da ICCAT.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou a confiabilidade dos mapas de bordo da pesca de cardume no Nordeste, apontando ausência de anotações, falta de separação por espécies e juvenis e dificuldades de registro lance a lance. Indagou como o GTC poderia validar esses dados e defendeu a inclusão de informações das enlatadoras para qualificar o monitoramento.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) esclareceu que o GTC não valida dados, mas realiza análise crítica, aceitando ou descartando informações conforme sua consistência. Destacou a ausência de fontes sobrepostas no Norte e Nordeste, a baixa qualidade dos registros e a necessidade de ampliar e diversificar fontes, concordando que dados das enlatadoras são desejáveis para melhorar a qualidade e a criticidade das informações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) questionou se poderia retomar dúvida anterior, mas o professor indicou que seria na próxima apresentação.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) apontou baixa informação sobre espécies como marlin, agulha e cação-anequim, apesar de cotas internacionais, e sugeriu discutir cotas nacionais para gerar mais dados. Criticou o uso do mapa de bordo para aplicação de multas, afirmando que isso gera insegurança jurídica, “política do medo” e subnotificação, prejudicando a qualidade dos dados.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) afirmou que o MPA considera inadequado o uso do mapa de bordo para punições e informou reuniões com IBAMA e MMA para tratar do tema. Destacou que o sub-reporte de espécies sensíveis ou proibidas compromete o conhecimento da produção e prejudica o Brasil perante a ICCAT, sendo o mapa de bordo a principal fonte de dados.

O prof. Sant’Ana (GTC) corroborou que o mapa de bordo deve ser instrumento de geração de dados, não de fiscalização, conforme sua finalidade original. Ressaltou que espécies proibidas tendem a ser sub-reportadas, mas que o registro é essencial, defendendo aprimorar a legislação e cobrar a entrega e a qualidade dos mapas.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) reforçou a necessidade de aprofundar pesquisas, reavaliar estoques e construir ordenamento específico para espécies com cotas, visando sustentabilidade e maior segurança ao setor, destacando experiências positivas com observadores de bordo.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu as contribuições, registrou as sugestões e informou o encerramento das inscrições para falas em razão do horário.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) alertou que o uso fiscalizatório do mapa de bordo gera medo e subnotificação, citando o caso do tubarão-mako, e defendeu gestão por cotas, cessação da pesca ao atingir limites e uso de dados científicos de qualidade como base do ordenamento.



O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) corroborou as falas e ressaltou que a norma prevê uso do mapa de bordo para pesquisa e monitoramento, defendendo regras claras entre MPA e IBAMA para garantir segurança jurídica e estimular o correto reporte.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) afirmou que as colocações seriam levadas à reunião com o IBAMA e agradeceu, em nome do MPA, o trabalho do GTC, destacando o esforço do chefe científico Rodrigo Sant’Ana e dos demais cientistas que contribuíram na geração e compartilhamento de dados.

Encerradas as manifestações, a Sra. Sandra encerrou a pauta e passou a palavra ao GTC para fazer a próxima apresentação.

10. CONCEITOS BÁSICOS DO DESENVOLVIMENTO DE MODELOS DE SIMULAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO (MANAGEMENT STRATEGY EVALUATION - MSE)

O Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) apresentou os conceitos básicos da Avaliação de Estratégias de Gestão (Management Strategy Evaluation – MSE), destacando-a como uma ferramenta de transparência e apoio à tomada de decisão antes da implementação de medidas de manejo. Explicou que o MSE funciona como um “digital twin” da pesca, simulando o sistema real — estoques, frotas, biologia, dados, incertezas, ambiente e fiscalização — para testar previamente diferentes estratégias de gestão, como cotas, defesos, limites de esforço, áreas e períodos de exclusão.

Ressaltou que o MSE inverte a lógica tradicional de decidir e depois observar os efeitos, permitindo avaliar impactos biológicos, econômicos e sociais antes da adoção das medidas, com base em objetivos claramente definidos. Enfatizou a importância de estabelecer objetivos potencialmente conflitantes, como maximizar capturas, manter a biomassa em níveis sustentáveis, reduzir riscos de colapso e garantir estabilidade interanual das cotas.

O professor destacou ainda que o processo é iterativo e compartilhado entre gestores e cientistas, incorporando incertezas, cenários de mudanças climáticas e níveis



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

aceitáveis de risco definidos pela gestão. Por fim, apontou os benefícios do MSE, como maior previsibilidade, redução de decisões politizadas, fortalecimento da sustentabilidade e alinhamento às práticas internacionais das OROPs, com destaque para a aplicação em curso ao Western Skipjack (SKJ).

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a apresentação e solicitou que as perguntas fossem objetivas, para permitir um intervalo antes da próxima apresentação.

O Sr. André Mattos (FIESC) questionou a possibilidade de expandir o MSE para outras espécies além de atuns e afins, a capacitação necessária para sua implementação, o grau de compreensão do setor sobre sua operacionalização e se países vizinhos já utilizam a metodologia.

O prof. Rodrigo Sant'Ana explicou que a capacitação em MSE vem avançando com maior integração entre academia e setor produtivo, por meio de formação de técnicos e investimentos contínuos. Citou experiências regionais, destacando o Chile como referência em avaliações regulares, gestão adaptativa e uso do MSE, inclusive na pesca artesanal, enquanto a Argentina possui iniciativas pontuais.

O Sr. André Mattos reconheceu a capacidade da academia, mas reiterou a dificuldade do setor em compreender o MSE, defendendo mais capacitações para apropriação do tema.

O prof. Sant'Ana esclareceu que, para o setor, o efeito prático do MSE será o cumprimento de regras como TACs, com a vantagem da maior previsibilidade dos impactos ao longo do tempo. Destacou que a capacitação ocorre desde 2021 no âmbito da ICCAT, e a Sra. Sandra Souza registrou participação do MPA e do MMA em curso realizado no MPA em 2025.

O Sr. Cadu Villaça comparou o MSE a um simulador, que permite testar decisões de gestão sem riscos reais, reduzindo erros em cenários de incerteza, elogiando a ferramenta e a apresentação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Wilson Santos defendeu que a adoção do MSE no Brasil seja acompanhada de definição clara de prioridades de espécies como política de Estado, com foco em poucas espécies, alertando para fragilidades dos dados e para a importância da participação do setor privado na construção das bases de informação.

O prof. Sant'Ana considerou pertinentes as colocações, mas ponderou que a definição de prioridades deve ocorrer nos CPGs específicos de cada pescaria, reforçando a necessidade de processo participativo e manifestando preocupação com o avanço da agenda.

A Sra. Sandra Souza informou limitações de tempo e a continuidade da reunião sem intervalo, com concordância dos participantes.

O Sr. Cadu Villaça ressaltou que o CPG deve atuar com a lógica da ICCAT, defendendo postura estratégica compatível com fórum internacional e lembrando que o MSE vem sendo construído há anos e será reapresentado em 2025.

O Sr. Gustavo Burle (SINDIPESCA-RN) elogiou a apresentação e defendeu que o CPG foque na internalização das recomendações da ICCAT, apontando insegurança jurídica no uso do mapa de bordo para fiscalização e defendendo separar ciência, política e fiscalização para fortalecer a posição do Brasil.

A Sra. Sandra Souza esclareceu que a reunião atende ao pedido do setor para encontro pré-ICCAT, com outra reunião pós-ICCAT já agendada, e informou que o tema do mapa de bordo está sendo tratado internamente antes de ser levado ao CONAPE.

O Sr. Gustavo pediu para esclarecer sua fala, mas Sandra informou sobre a limitação de tempo, ele agradeceu e concordou, então a Sandra passou a fala ao professor Sant'Ana para que iniciasse a próxima apresentação.



11. AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO (MANAGEMENT STRATEGY EVALUATION - MSE) DO SKJ

O prof. Rodrigo Sant'Ana explicou que a apresentação marcou a etapa decisiva do MSE do Western Skipjack, com objetivo de propor uma medida de gestão à ICCAT ainda em 2025, destacando a separação atual entre os estoques oeste e leste, embora haja evidências científicas para revisão dessa divisão, e informou que ambos são sustentáveis, com RMS aproximado de 35 mil t no oeste e 216 mil t no leste.

Sant'ana relatou o histórico do MSE, impulsionado pela delegação brasileira, com definição de objetivos e simulações, e detalhou os objetivos de manejo da ICCAT (Status, Safety, Yield e Stability), incluindo ajustes aprovados em 2024 que flexibilizaram a estabilidade das TACs. Apontou que capturas acima de cerca de 32 mil t tendem a gerar quedas posteriores por limitações biológicas e variabilidade do recrutamento.

Ademais, informou que quatro medidas de gestão foram testadas (CE, IR, SP e SPAH), todas atendendo aos objetivos biológicos, mas com diferenças no comportamento das TACs, sendo a SPAH a mais estável e próxima da média recente. Abordou ainda cenários de mudanças climáticas, ressaltando que falhas no recrutamento aumentam o risco ao estoque, e concluiu que o país deveria priorizar a medida mais estável e defensável na ICCAT.

A Sra. Sandra Souza agradeceu a apresentação, informou a saída temporária do Sr. Alex Lira por conflito de agenda e passou a palavra ao CONEPE.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) elogiou a apresentação, mas questionou a necessidade de o Brasil chegar à ICCAT com uma proposta já definida, sugerindo apresentar resultados, ouvir a plenária e, a partir das reações, construir o posicionamento. Considerou todas as MPs defensáveis, destacando a SPAH como a mais estável no momento.

O prof. Sant'Ana esclareceu que a apresentação formal cabe ao SCRS e que há expectativa da Comissão para que o Brasil seja propositivo, diante de compromissos e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

documentos apresentados em 2024. Destacou que os resultados já foram discutidos no Painel 1 apontando apoio internacional, inclusive dos EUA, às MPs mais estáveis, como IR e SPAH. Defendeu levar uma indicação para fortalecer a posição política e focar negociações sensíveis sobre BET e YFT.

O Sr. Cadu ponderou que, por estar no ponto 8 da agenda, talvez fosse melhor avaliar o cenário na reunião antes de definir estratégia. Sant'Ana esclareceu que a ordem pode mudar e que há intenção de decidir o MSE do SKJ por ser o tema mais maduro, defendendo postura propositiva para liberar espaço às discussões mais complexas sobre BET e YFT.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) defendeu levar posição propositiva no MSE do SKJ, ressaltando a concentração da captura brasileira, a queda histórica do esforço e da frota de isca-viva por inviabilidade econômica, e o bom estado do estoque, sugerindo postura mais arrojada no TAC, com atenção a impactos sociais.

O Sr. Miquéias (APAI PESCA) questionou a condição do estoque, associando gráfico vermelho a risco, e o prof. Sant'Ana esclareceu que a cor vermelha indicava apenas a participação da frota de vara e isca-viva, reconhecendo falha na explicação e confirmando que o estoque está em condição positiva. Tranquilizado, Miquéias agradeceu.

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) perguntou sobre os próximos passos após a definição da MP, e o prof. Sant'Ana explicou o rito: entrada em vigor no ano seguinte, TAC por três anos, monitoramento contínuo, protocolo de circunstâncias excepcionais e avaliações de estoque a cada seis anos, com possibilidade de revisão da MP.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) relatou a inviabilidade econômica da isca-viva, criticou políticas de sanções e falta de dados, defendeu reconstrução do diálogo entre ciência e pesca e sugeriu ampliar o MSE para outras espécies relevantes.

A Sra. Sandra Souza informou que seria elaborada recomendação para leitura no dia seguinte, agradeceu as contribuições e encerrou o primeiro dia da reunião.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SEGUNDO DIA

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, iniciou o segundo e último dia da 7^a Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins informando a necessidade de ajustar a agenda do dia em razão da impossibilidade de apresentação da SNPA sobre lacunas da pesca artesanal de atuns e afins. Ela propôs iniciar pela Sessão da Modalidade 1.12, seguida da apresentação do GTC sobre a organização dos trabalhos para 2026, acrescentando uma apresentação sobre Inovação, Rastreamento e Segurança da frota pesqueira, aproveitando a presença dos expositores da CLS Brasil, e mantendo-se o restante da agenda.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) manifestou oposição parcial, estranhando a ausência da SNPA em tema diretamente relacionado à pesca artesanal e sugerindo a reorganização dos horários, com a apresentação da Dra. Patrícia Charvet no período da manhã e a apresentação da CLS Brasil no período da tarde. Após concordância da Dra. Patrícia e ausência de objeções dos participantes, a nova agenda foi aprovada, iniciando-se, em seguida, a sessão 1.12, conduzida pelo coordenador do GTC.

Sessão Modalidade 1.12

12. APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA DE ORDENAMENTO PARA A MODALIDADE 1.12 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTRIAL MPA/MMA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) apresentou análise detalhada da proposta de ordenamento da modalidade 1.12, conforme compromisso assumido na reunião anterior, com base em nota técnica a ser submetida ao MPA. Explicou que a análise foi necessária devido a distorções da INI MPA/MMA nº 10/2011, que permitiu a operação de embarcações em áreas ou sobre recursos inexistentes, exigindo melhor compreensão dos padrões reais



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de pesca. O estudo foi estruturado em duas frentes: rastreamento satelital (PREPS) e análise dos mapas de bordo, com apoio técnico do GFW.

O professor informou que, das 980 embarcações permissionadas em cinco modalidades, apenas cerca de 50% das obrigadas utilizavam efetivamente o PREPS; na modalidade 1.12, das 304 embarcações, parte significativa não era monitorada. A partir dos dados de rastreamento, identificaram-se padrões distintos de operação (cardume associado, espinhel e deriva), permitindo classificar as embarcações da 1.12 em três grupos: aquelas claramente direcionadas à pesca de atuns e afins, as mistas (atum/pargo) e as exclusivamente costeiras. A análise de 27 embarcações com mapas de bordo em 2024, totalizando 1.560 lances e cerca de 760 toneladas, confirmou essas diferenças, além de revelar grandes lacunas no reporte de dados.

Como recomendações, o GTC propôs ampliar o monitoramento satelital, aprimorar os formulários de mapas de bordo com identificação da arte de pesca, revisar as licenças da 1.12, realocar embarcações conforme seu padrão real de operação, encaminhar casos de pargo ao CPG Demersais Norte e Nordeste e acomodar as embarcações comprovadamente voltadas a atuns em modalidade específica, conforme solicitado pelo CPG.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que a demanda da modalidade 1.12 envolve, na prática, duas questões: a limitação da área de operação ao mar territorial do Nordeste e a possível readequação de parte das embarcações para a modalidade de cardume associado (1.17). Destacou que nem todas as mais de 300 embarcações seriam elegíveis, sendo necessário definir critérios, como uso do PREPS e envio de mapas de bordo, e questionou se rastros apresentados estavam entre as embarcações analisadas.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) explicou que apenas uma embarcação com rastro na Bahia integra o grupo analisado e reforçou que somente aquelas que comprovarem, por rastreamento e mapas de bordo, atuação consistente sobre atuns e afins poderiam mudar de modalidade. Ressaltou que não seria viável autorizar todas as 304 embarcações, devido a riscos associados ao cardume, especialmente sobre juvenis, com impactos na gestão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pela ICCAT. Sandra complementou que, após a análise, verificou-se que a demanda apresentada foi mais ampla do que apenas a ampliação da área de operação da modalidade 1.12.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) agradeceu a apresentação e relatou que a frota de cardume associado atua desde 2014, com licenças emitidas a partir de 2020, havendo cerca de 29 embarcações licenciadas que não estão operando, o que permitiria realocação sem aumento do esforço de pesca. Atribuiu a queda das capturas a paralisações por sobrecarga, multas, dificuldades econômicas, manutenção e desestímulo à operação, resultando inclusive em subnotificação. Defendeu o reordenamento das licenças para regularizar a frota, evitar pesca clandestina e ampliar oportunidades para quem deseja operar de forma legal.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) informou que há 190 embarcações deferidas na modalidade 1.17, com cerca de 10 vagas imediatas, das quais 7 poderiam regularizar embarcações com histórico comprovado. Alertou que a retirada de licenças de barcos parados pode gerar irregularidades, reforçou a fiscalização e defendeu o uso das vagas disponíveis, com critérios claros, exigência de registros e diferenciação rigorosa entre espinhel e cardume associado.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) concordou e destacou a necessidade de declarar corretamente, nos mapas de bordo, a arte utilizada em permissões mistas, para correta contabilização de cotas e estatísticas. Enfatizou que operar com arte não autorizada e a não entrega ou discriminação inadequada dos mapas prejudicam gestão, fiscalização e avaliação de estoques.

O Sr. Pedro Gilson esclareceu que as 29 licenças paradas não implicam perda automática, defendendo contato com armadores e fiscalização para coibir irregularidades, colocando-se à disposição para colaborar na identificação de embarcações irregulares.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) destacou que o sistema já dispõe de campo específico ("origem da captura") para identificar se a espécie é alvo da autorização principal, complementar ou descarte, e pediu desculpas se foi o caso de não haver estas informações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

nos dados encaminhados ao GTC. Explicou que, no caso da 1.12, a autorização principal é linha de mão de superfície e a complementar é linha de mão de fundo, não havendo mais de uma complementar por modalidade. Ressaltou que essa funcionalidade foi consolidada em 2025, após ajustes em 2024, sendo essencial para qualificar análises e identificar corretamente a modalidade de pesca.

O Sr. Emanuel Neves (QUALIPESC), a ser chamado nesta ata por Bell Neves, destacou que a demanda envolve também inadequações de área previstas nas licenças, impactos econômicos recentes e a necessidade de controle, rastreabilidade e cooperação entre frotas, defendendo espaço para regularização de novas embarcações.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) resgatou o histórico da frota, criticou a existência de “licenças de gaveta” e afirmou que apenas parte das embarcações da 1.17 opera efetivamente. Defendeu revisar a base, cancelar autorizações inativas, priorizar quem opera regularmente e separar claramente a pesca de atum de outras modalidades.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) discordou da proposta do CONEPE de cancelamento automático, defendendo bom senso e respeito aos armadores. A Sr.^a Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que o ordenamento já prevê sanções graduais pelo não envio de mapas, com suspensões antes de eventual cancelamento.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) alertou para os riscos de uma abordagem excessivamente punitiva, que incentiva informalidade, defendeu priorizar a viabilização da pesca, a organização do setor e a produção de dados confiáveis. Propôs unificar licenças (1.12, 1.17 e 1.18) para reduzir insegurança jurídica, incentivar o correto reporte, fortalecer pesquisa, legalidade e a cadeia produtiva, além de questionar a ausência da frota 1.3 na análise apresentada.

O Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) esclareceu que a modalidade 1.3 não foi incluída na análise porque a recomendação recebida limitou o escopo do estudo à modalidade 1.12, sem qualquer intenção discriminatória.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) parabenizou a apresentação e questionou se a possível unificação das licenças 1.12 e 1.17 estaria restrita à região NE. O professor esclareceu que a análise foi solicitada pelo CPG apenas para a modalidade 1.12, cuja autorização é específica para o Norte e Nordeste, e limitada às embarcações que comprovaram operação sobre atuns e afins. Ressaltou que não se trata de toda a frota, nem de âmbito nacional, e que qualquer ampliação para outras regiões ou modalidades dependeria de nova recomendação formal do CPG e encaminhamento ao GTC.

O Sr. Miquéias Carvalho destacou que a modalidade 1.12 também existe em outros estados e sugeriu debate futuro. Acrescentou que, além das modalidades citadas, a 1.2 (espadarte) também possui linha de mão como autorização complementar, válida em todo o território nacional, apontando sua ausência na lista apresentada.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que a demanda analisada se referia exclusivamente à modalidade 1.12 do Nordeste, cujo pleito foi a inserção de algumas embarcações na 1.17 (cardume associado) do N-NE. Destacou que não existe 1.12 no SE-S, onde a linha de mão de fundo se aplica ao Peruá, não a atuns e afins.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) questionou como se daria, no âmbito do PROPESC, a conversão de modalidade dessa frota para cardume, considerando a suspensão das vistorias, o prazo e a velocidade para regularização, e reforçou a urgência da revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. Sandra explicou que, em demandas emergenciais, o MPA articula com a SERMOP para antecipar vistorias do PROPESC ou realizar auditorias específicas, inclusive para grupos restritos de embarcações. Informou ainda que o GT Permissionamento atrasou por trâmites com MPA, MMA e Casa Civil, mas já superou essa etapa e deverá ser publicado em breve.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) destacou a necessidade de legalização e correção de distorções históricas, afirmando que a pesca com linha de mão por embarcações de espinhel seria um direito adquirido e atualmente tem campo de preenchimento da informação no mapa de bordo digital para a correta declaração. Defendeu a correção urgente da INI MPA/MMA nº 10/2011, a unificação de modalidades já



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

discutida no GTC e a criação de recomendação para permitir a migração da frota 1.3 para 1.1 ou 1.2, garantindo isonomia e adequação ao esforço real de pesca.

O professor Rodrigo destacou que não basta o campo existir no mapa de bordo: é essencial que ele seja efetivamente preenchido a cada viagem, pois hoje a estrutura de dados deriva da permissão, e não do reporte do pescador. Sobre a proposta envolvendo a frota 1.3, afirmou que o tema deve virar recomendação formal, mas que não há prazo hábil para análise pelo GTC até dezembro, sendo necessário mais tempo para avaliar impactos sobre estoques e evitar aumento indevido de frota.

Em seguida, a Sra. Sandra Souza esclareceu-se que a proposta não era apresentar resultados imediatos, mas apenas registrar uma recomendação para iniciar a discussão, o Sr. Giovanni concordou. Houve consenso de que a recomendação seja formalizada em dezembro, com a análise a ser apresentada na primeira reunião de 2026, considerando os compromissos do período e a necessidade de prazo técnico adequado.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) afirmou que o IBAMA não atua como perseguidor, mas sim no combate às embarcações ilegais que concorrem de forma desleal com quem busca se regularizar. Relatou ações conjuntas com a Marinha para localizar, lacrar e impedir a operação de barcos sem licença, inclusive com inclusão em listas de busca. Defendeu que o ordenamento só produz efeitos se o esforço ilegal for contido. Sugeriu que, na revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, sejam analisadas todas as frotas que capturam atuns, para evitar subnotificação e garantir o cumprimento da cota global do Brasil na ICCAT, além de levar o tema da revisão para cada CPG relacionado.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) explicou que, no sistema atual de cotas, existe um *buffer* de segurança (cerca de 5%) que absorve capturas de frotas fora do controle direto por permissão. Essas capturas entram na estimativa total reportada à ICCAT, ainda que sem detalhamento por frota. Alertou que esse percentual pode estar subdimensionado e precisará ser reavaliado. Ressaltou que eventuais subnotificações decorrem da baixa entrega de mapas de bordo, destacando que melhorar esse reporte é essencial para estimativas mais confiáveis da produção nacional.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 já está prevista em calendário próprio, com momentos específicos de discussão nos CPGs, focando as modalidades pertinentes e aquelas com interação, avaliando se há necessidade de formalizar novo encaminhamento.

A Sra. Cláudia defendeu aproveitar o GTC para analisar, de forma integrada, a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, incluindo todas as modalidades que interferem na pesca de atuns, avaliando especialmente as permissões complementares e possíveis capturas não mensuradas, como as do emalhe, para evitar distorções no esforço e na produção.

A Sra. Thamires Ventura (SNPI-MPA) alertou que já existe a REC 01/2025, da 6ª reunião ordinária, sobre a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011 de que todas as demandas já encaminhadas ao GTC, como a unificação de modalidades, serão consideradas, evitando a repetição de recomendações com o mesmo objetivo.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) questionou se a recomendação relativa à modalidade 1.3, solicitada desde 2023, já constava formalmente registrada. A Sra. Sandra esclareceu que todas as recomendações aprovadas nas reuniões do CPG são publicadas no site oficial em até cinco dias corridos, inclusive as deliberações daquela reunião.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) perguntou se, como encaminhamento, o setor já poderia trabalhar com a linha de raciocínio discutida para responder às demandas já pleiteadas. A Sra. Sandra respondeu que o CPG possuía caráter consultivo e que, após as discussões e a recomendação do GTC, o MPA e o MMA realizariam análises internas conjuntas para então tomar a decisão, não havendo deliberação final imediata no âmbito do Comitê.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) afirmou que a frota já estava identificada e que a entidade poderia colaborar com informações e contato junto aos armadores interessados em permanecer na modalidade, destacando a expectativa de uma resposta célere do



comitê, agradecendo ao prof. Rodrigo Sant'Ana e ao IBAMA e avaliando que seria possível alocar todas as embarcações mencionadas na frota de cardume associado.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que as discussões haviam sido concluídas e que, com o posicionamento do GTC, o MPA e o MMA se reuniriam para deliberar. Questionada pelo Sr. Bell sobre prazos, explicou que não poderia fixá-los em razão do acúmulo de atos normativos em análise no fim do ano de 2025, embora o tema permanecesse como prioridade. O Sr. Bell ponderou a necessidade de informar os armadores, ao que Sandra orientou que fosse comunicado que não havia prazo definido, mas que a demanda seguia no radar do governo, encerrando a discussão em seguida e encaminhando a reunião para o próximo item de pauta.

13. APRESENTAÇÃO DO GTC ATUNS E AFINS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS PARA O ANO DE 2026

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) apresentou a organização dos trabalhos do GTC para 2026, destacando que o grupo atuou tanto no apoio científico interno quanto no cumprimento dos compromissos do Brasil junto à ICCAT, adotando a lógica de gestão por processos já endossada. Explicou o calendário potencial de avaliações de estoque a ser deliberado na ICCAT, incluindo Albacora Estoque Sul, Swordfish/Espadarte Estoque Sul e Mediterrâneo e Shortfin Mako do Norte, ressaltando o adiamento deste último. Indicou que o Brasil teria envolvimento direto e possível liderança nas avaliações da Albacora do Sul e do Shortfin Mako do Sul, além de novas iniciativas de MSE para Blue Shark e Albacora do Sul, que demandariam atenção científica e de gestão. Mencionou a incorporação de novos dados oriundos do PMPA TED e do Projeto Tubarão Azul.

No âmbito das recomendações do CPG, informou que parte já havia sido atendida e detalhou as pendentes: a REC 11/2022, relacionada ao fomento do bonito-listrado, condicionada à adoção do MSE; a REC 4/2025, sobre níveis de esforço de pesca, com prazo indeterminado devido à falta de dados consolidados; e as REC 7/2025 e 8/2025, vinculadas ao Projeto Oceânicas, com previsão de resultados ao final de 2026. Concluiu



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que o GTC buscou reduzir pendências e agilizar subsídios à gestão, além das obrigações estatísticas junto à ICCAT.

A Sra. Sandra Souza, Secretária executiva do CPG, agradeceu os esclarecimentos apresentados, reconhecendo e valorizando o trabalho do GTC, ressaltando seu caráter voluntário e o apoio fundamental prestado ao MPA e ao MMA na condução das demandas do Comitê. Em sequência, abriu espaço para manifestações.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) questionou a possibilidade de ampliação das parcerias institucionais nos trabalhos apresentados, ao que o prof. Sant'Ana esclareceu que o GTC já atuou de forma aberta e participativa, destacando que projetos como o Projeto Parceiros e iniciativas da *Conservation International* dependeram justamente da ampliação de parcerias, inclusive com o setor produtivo, sendo o ingresso de novos colaboradores bem-vindo para fortalecer as análises e o processo de gestão.

O Sr. Bell Neves perguntou se o contato para tratar das parcerias seria diretamente com o prof. Sant'Ana, solicitando a troca de contatos, ao que o professor esclareceu que ele e a Sra. Mônica (ICMBio) atuaram conjuntamente nessa etapa e informou que disponibilizaria seu e-mail no chat.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a ambos e destacou a participação do professor, reconhecendo sua contribuição no CPG e o Sr. Cadu Villaça (CONEPE) também elogiou a atuação do prof. Sant'Ana como coordenador do GTC, ressaltando sua evolução. O Sr. Sant'Ana agradeceu, atribuiu os resultados ao trabalho coletivo do GTC e às equipes envolvidas, valorizou a gestão participativa do CPG, destacou avanços obtidos e reconheceu o papel da coordenação na construção e funcionamento do processo de gestão.

A Sra. Sandra Souza reforçou agradecimento ao prof. Rodrigo Sant'Ana e à equipe MPA pelo esforço na condução do CPG, ressaltando o trabalho pré e pós-reunião. Ademais, consultou os participantes sobre iniciar o intervalo de almoço ou seguir com a apresentação da análise da INI nº 30/2025. O prof. Sant'Ana manifestou interesse em prosseguir, o Sr. Torquato Ribeiro Netto (SINDIPESCA-RS) sugeriu manter a apresentação ainda pela



manhã e fazer a discussão no período da tarde e, após ponderação do grupo, decidiu-se por seguir com a apresentação pela manhã.

A Sra. Sandra solicitou um pequeno intervalo para ajuste técnico. Em sequência, Sandra passou a palavra à Dra. Patrícia Charvet, professora na Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Especialistas em Tubarões (SSG) da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

14. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 30, DE 2025 SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA CONSERVACIONISTA

A Sra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) apresentou um panorama sobre a conservação dos elasmobrânquios, com foco no tubarão-azul, destacando sua importância ecológica, socioeconômica e sua vulnerabilidade biológica. Indicou a sobrepesca como principal ameaça, somada à perda de hábitat, poluição, mudanças climáticas e captura incidental, com evidências globais de forte declínio desde de 1970.

Informou que, no Atlântico Sul, o tubarão-azul apresentou reduções estimadas de até cerca de 38% em três gerações, podendo ser maiores conforme o modelo, e que, na IUCN, foi classificado como quase ameaçado globalmente, com maior risco em avaliações regionais e baixo legado de conservação na Lista Verde.

Destacou a importância de medidas de manejo, áreas críticas como a Elevação do Rio Grande, iniciativas como ISRA e os compromissos do Brasil em acordos internacionais, incluindo exigência de NDF. Por fim, avaliou a INI MPA/MMA nº 30/2025 como necessária para regulamentar a pesca, defendendo monitoramento, fiscalização, capacitação e implementação efetiva como essenciais para reduzir riscos à espécie.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a apresentação, afirmando que os esclarecimentos sobre acordos internacionais e a situação global da espécie foram relevantes. Ademais, propôs estender a reunião por mais quinze minutos antes da pausa para o almoço, obtendo concordância dos participantes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) elogiou a apresentação, ressaltou que o Anexo II da CITES não implicou proibição, reconheceu a coragem de notas técnicas do MMA que admitiram a captura histórica do tubarão-azul e valorizou a produção científica e a INI MPA/MMA nº 30/2025 por reduzir a insegurança jurídica e refletir a sazonalidade das pescarias. A Sra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) agradeceu, afirmou que o maior engajamento ocorreu entre quem buscava a continuidade da atividade e esclareceu que a CITES atuou como mecanismo de controle do comércio internacional, cabendo ao MPA, MMA e à ICCAT assegurar o manejo regional eficaz.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) parabenizou a apresentação, reforçando que o tubarão-azul foi espécie-alvo no Brasil e deveria ser manejado como tal, ponderou a inexistência de base científica sólida para fechamento de áreas no sul e sugeriu avaliar, no âmbito da ICCAT, medidas internacionais para a Elevação de Rio Grande. A Dra. Charvet esclareceu que as áreas ISRA apenas indicaram prioridades, destacou evidências de uso da Elevação por fêmeas e juvenis, defendeu a análise criteriosa de diferentes medidas de manejo e ressaltou a necessidade de acordos internacionais para garantir o recrutamento e a manutenção do estoque.

O Sr. Alexandre Fonseca Azeredo (Marinha do Brasil) alertou para a necessidade de cautela em fóruns internacionais, pois a Elevação do Rio Grande integrou o novo pleito brasileiro da margem oriental-meridional, cujo processo de análise foi longo e poderia ser prejudicado por posicionamentos externos. A Dra. Patrícia Charvet concordou com a cautela, destacou tratar-se de espécie oceânica atuante em águas internacionais, sujeita a acordos como o BBNJ, e esclareceu que a identificação da área como importante não significou proposta de fechamento.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) agradeceu a apresentação e questionou se a classificação apresentada baseou-se na avaliação de 2016, e não na avaliação mais recente da ICCAT, que indicou o estoque do Atlântico Sul como não sobrepesado e sem sobrepesca até 2021, buscando confirmar a base temporal dos dados utilizados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A profa. Patrícia Charvet esclareceu que a avaliação da IUCN foi realizada em 2019, com os dados disponíveis à época, não incorporando a avaliação mais recente da ICCAT, e explicou que, por ser global, a classificação tende a se manter como quase ameaçada, podendo ser revista futuramente com novos dados regionais.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana ressaltou que a evolução da qualidade dos dados sobre elasmobrânquios poderia alterar, em futuras avaliações globais, a redação das classificações, ainda que não o status. Destacou a centralidade da ICCAT e de fóruns internacionais para espécies migratórias como o tubarão-azul, ponderou a complexidade e os efeitos limitados de áreas de exclusão isoladas e defendeu medidas de manejo integradas, baseadas em informação científica, agradecendo a contribuição da apresentação para o processo de gestão.

A professora Charvet agradeceu as colocações e afirmou que o manejo envolve múltiplas opções, colocando-se à disposição para colaborar. Destacou que medidas eram necessárias e oportunas, apesar de resistências, ressaltou a responsabilidade ampliada sobre espécies oceânicas além da ZEE e lembrou que acordos internacionais, como o High Seas Treaty - BBNJ, tendem a fortalecer esse tipo de abordagem.

A Sra. Sandra Souza agradeceu as contribuições, informou que ainda havia inscritos, mas que o tempo estava extrapolado, decidiu encerrar novas inscrições e finalizar a discussão da pauta antes do intervalo de almoço. Portanto, solicitou intervenções rápidas e objetivas, visando preservar tempo adequado para as recomendações e retomar o bloco à tarde com a pauta reorganizada.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) parabenizou a apresentação e destacou a dimensão econômica da gestão, apontando forte queda nas importações brasileiras de tubarão-azul ao longo dos anos. Comparou dados da ICCAT sobre o mix cação/meca entre países, indicando maior eficiência da frota brasileira, e questionou se os estudos consideraram a perda de representatividade econômica da espécie.

O Sr. André Mattos (FIESC) elogiou a apresentação e questionou a possibilidade científica de identificação da espécie por barbatanas, a posição do Brasil quanto à cota



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

definida pela ICCAT e a diferença entre manejo e áreas de exclusão. Defendeu o tripé gestores–academia–setor produtivo, ponderou limitações de exclusões permanentes e solicitou a posição da expositora sobre remanejo como alternativa mais efetiva.

A Sra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) explicou que a identificação por carcaça ou barbatana era possível, recorrendo à genética apenas em casos extremos. Esclareceu que as cotas na ICCAT resultaram de negociações técnicas e políticas, ressaltando a necessidade de cautela. Defendeu que manejo envolvia múltiplas ferramentas, como exclusões temporárias, zonas, períodos e cotas específicas, alertou para o risco de colapso em elasmobrânquios e destacou a importância de acompanhamento rigoroso e decisões construídas de forma participativa.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) elogiou a apresentação, manifestou admiração pela posição crítica da professora em relação à Sea Shepherd e afirmou que o manejo já ocorria na prática por meio da sazonalidade das pescarias, com alternância de espécies-alvo e deslocamento da frota entre regiões, ainda que admitisse ajustes.

A Sra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) esclareceu não se tratava de confronto com a Sea Shepherd, mas sim da defesa da regulamentação. Destacou que o manejo deveria considerar a biologia da espécie, alertando que a captura frequente de fêmeas grávidas comprometia a sustentabilidade. Em complemento, o Sr. Miquéias ponderou que não havia manejo específico para o tubarão-azul, historicamente não tratado como espécie-alvo, reiterando que o direcionamento do esforço seguia a predominância sazonal das espécies.

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) parabenizou a apresentação, apoiou o manejo contínuo e manifestou preocupação com o possível fechamento do Albardão, por sua importância à pesca, sugerindo reavaliação técnica das restrições. A Sra. Patrícia Charvet destacou que fechamentos poderiam gerar impactos imediatos negativos, mas benefícios de longo prazo, dependendo do zoneamento. Em complemento, a Sra. Thaíza Barreto alertou para o aumento da pressão em outras áreas e defendeu avaliações prévias, alternativas temporárias e maior diálogo com as frotas.



O Sr. Torquato Ribeiro Netto (SINDIPESCA-RS) agradeceu a apresentação, destacando seu caráter técnico e didático e o compromisso com a construção conjunta entre setor produtivo, comunidade científica e órgãos públicos, afirmando que a exposição reforçou sua confiança no fortalecimento dessa interação.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou o encerramento das discussões da manhã, em razão do horário, e definiu o retorno às 14h45 para o bloco da tarde. Após o intervalo de almoço, solicitou que a foto oficial do evento fosse tirada no início da tarde pois alguns participantes teriam que sair antes do término da reunião. Após o registro da foto, fez uma leitura da agenda da tarde e abriu para a próxima apresentação que foi feita pela CLS Brasil.

15. INOVAÇÃO EM RASTREAMENTO E SEGURANÇA DA FROTA PESQUEIRA

O Sr. Júlio Pellegrini (CLS Brasil) abordou soluções de inovação em rastreamento, telemetria e segurança aplicadas à frota pesqueira, destacando a atuação do grupo francês, com quase 40 anos, na integração entre uso sustentável e conservação dos recursos marinhos. Foram apresentados os sistemas de monitoramento por satélite Argos, VMS e a plataforma THEMIS, utilizados globalmente por milhares de embarcações, centros de monitoramento e organizações regionais como a ICCAT, com foco em conformidade regulatória, gestão pesqueira e segurança marítima.

A CLS demonstrou equipamentos específicos para pesca artesanal e industrial, com recursos como *geofencing*, relatórios de captura, comunicação bidirecional e alertas de emergência. Destacou também soluções de telemetria capazes de monitorar motores, consumo de combustível, condições operacionais e dados de bordo, visando eficiência, redução de custos e menor pressão sobre os estoques. No contexto brasileiro, a empresa ressaltou sua experiência em sistemas como LRIT, SIMMAP e licenciamento ambiental do IBAMA, a capacidade de customização às políticas nacionais e exemplos práticos já testados com frotas artesanais e industriais, enfatizando a relevância da tecnologia para segurança no mar, qualificação de dados e apoio à gestão pesqueira.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra Souza agradeceu a apresentação, afirmou já conhecer o produto de conversa anterior e abriu o espaço para comentários.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) avaliou a apresentação como interessante e apontou o potencial da solução para ampliar a rastreabilidade, especialmente de embarcações artesanais, solicitando informações sobre a experiência da CLS em outros países, a escala e o número de barcos monitorados.

O Sr. Júlio Pellegrini explicou que o sistema THEMIS foi utilizado no Chile, Peru e outros países da América Latina, citou Galápagos como exemplo de uso para ampliação de áreas protegidas com base em dados satelitais e relatou aplicações no Peru para alertas em áreas restritas, destacando que cerca de 8 mil embarcações artesanais já foram monitoradas globalmente.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) reconheceu a expertise da CLS e afirmou que existe um grande problema no Brasil quanto ao rastreamento das embarcações. O orador criticou o entrave na homologação das prestadoras de rastreamento (PREPS), que teria limitado a concorrência e gerado dependência de um único serviço, com falhas técnicas, autuações recorrentes aos usuários e desequilíbrio regulatório, defendendo a ampliação de opções e a sensibilização dos órgãos gestores.

O Sr. Júlio Pellegrini afirmou acreditar no avanço gradual do tema e reconheceu a lentidão dos trâmites de política pública, mas destacou que novas demandas e soluções tecnológicas tenderiam a facilitar a evolução do sistema para todos os envolvidos.

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) afirmou que a CLS já havia apresentado suas soluções ao SINDIPI, relatando interesse e testes por associados do SINDIPI. Também registrou a necessidade do setor por novas ferramentas, corroborando as críticas ao PREPS e apoiando a ampliação de prestadores.

O Sr. Marcos Bailon (SEPAQ-AP) criticou as limitações do PREPS, destacou sua defasagem tecnológica e defendeu que o governo aproveitasse a experiência da CLS e de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

outros países para modernizar a plataforma, ampliando fornecedores e resgatando seus objetivos originais de pesquisa, segurança e monitoramento.

O Sr. Júlio Pellegrini agradeceu os comentários, esclareceu que a CLS monitorava mais de mil embarcações em outros segmentos, com atuação em número muito limitado de embarcações pesca inicialmente, mas colocou à disposição a experiência internacional da empresa e ressaltou que as soluções dependeram de adaptação regional e parcerias com instituições locais.

O Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) parabenizou a apresentação e destacou o know-how e a autonomia tecnológica da CLS, relatou insegurança jurídica e risco de autuações com o sistema atualmente utilizado, defendeu que o rastreamento priorizasse segurança do pescador e sustentabilidade da pesca, avaliou positivamente a experiência em Areia Branca, ressaltou a versatilidade da tecnologia para diferentes frotas, a autonomia solar, a facilidade de instalação e recomendou sua consideração na atualização do PREPS como alternativa tecnológica.

O Sr. Júlio Pellegrini (CLS Brasil) afirmou que já havia diálogo prévio com atores locais e com o Governo do Ceará e destacou que o monitoramento gerava informações relevantes para subsidiar políticas públicas.

O Sr. Miquéias Carvalho afirmou que o PREPS operava sob monopólio, relatou falhas de sinal não comunicadas que impediram embarcações de acessar subsídios e resultaram em prejuízos aos pescadores. Criticou os altos custos de equipamentos e instalação e apelou ao MPA para incluir concorrência na reformulação do sistema, destacando que uma alternativa mais eficiente já superaria amplamente o serviço atual.

O Sr. Júlio Pellegrini destacou a experiência internacional da empresa, a robustez técnica dos sistemas e defendeu a concorrência como essencial para melhorar o serviço e reduzir falhas. Em complemento, Miquéias reforçou que a entrada de novas empresas beneficiaria o pescador, afirmando que, se a proposta fosse parcialmente cumprida, já superaria amplamente o modelo vigente.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alexandre Fonseca Azeredo (Marinha do Brasil) apresentou questionamentos técnicos sobre a compatibilidade do sistema com o PREPS, a integração via interface, o envio de dados de profundidade a partir do ecobatímetro para evitar autuações indevidas, a identificação de falhas de transmissão mesmo com o equipamento indicando funcionamento normal, a possibilidade de alarmes para entrada em áreas proibidas e o acesso ao sistema por diferentes usuários. Com relação aos dados de profundidade, citou os problemas com a pesca de pargo limitada a 50m de profundidade.

O Sr. Júlio Pellegrini esclareceu que a integração com o PREPS dependeria de APIs e testes de validação, que alarmes de aviso para áreas restritas eram tecnicamente simples, embora dependessem de comunicação bidirecional. Esclareceu ainda que existiam alternativas para registro de profundidade como sensores ou evidências armazenadas por fotografias, e que o sistema permitia diferentes níveis hierárquicos de acesso aos dados, conforme acordado com os órgãos competentes.

O Sr. André Mattos relatou que o sistema vigente é antigo e passou a gerar prejuízos ao setor nos últimos anos, com penalizações aos armadores por falhas atribuídas à empresa prestadora. Defendeu que eventuais falhas técnicas deveriam ser de responsabilidade da empresa e questionou se a CLS possuía satélite próprio, como forma de garantir maior confiabilidade do sinal. Questionou sobre os custos de manutenção e substituição de equipamentos defasados, que hoje recaem sobre o setor, e sobre a fonte de energia dos aparelhos, considerando períodos de parada das embarcações.

Os representantes da CLS Brasil explicaram que operam com a constelação Kineis, de nanosatélites em órbita baixa, da qual a empresa é acionista, assegurando estabilidade do sinal. Informaram que adotam modelos como comodato, nos quais a responsabilidade por troca e manutenção é da empresa, e esclareceram que problemas anteriores com a atual empresa de rastreamento do PREPS estiveram ligados a hardware, não a satélites. Destacaram ainda que os equipamentos possuem alimentação solar e bateria própria, funcionando de forma independente da embarcação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Na sequência, foram abordadas questões de monitoramento contínuo, comunicação de falhas e atendimento. A CLS afirmou que o armador pode acompanhar o status do equipamento em plataforma própria, receber alertas automáticos e relatórios, inclusive por WhatsApp, além de acionar autoridades em caso de necessidade. Por fim, informou que mantém operação 24/7, resolve grande parte das demandas remotamente e avalia a instalação de bases regionais para atendimento presencial, especialmente para o setor pesqueiro.

A Sra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) agradeceu os esclarecimentos e questionou se a nova constelação havia melhorado a cobertura do sistema na região do Pará e Amapá, diante das limitações observadas anteriormente com o Argos na marcação de tubarões. O Sr. Júlio Pellegrini (CLS Brasil) respondeu que a cobertura havia melhorado significativamente, com maior frequência de transmissão na nova constelação, superando as limitações do sistema anterior.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que o principal entrave do PREPS era a falta de abertura para múltiplos prestadores, apesar de já ter havido interesse de diversas empresas, defendendo concorrência para reduzir custos e falhas hoje arcadas pelo usuário. O Sr. Júlio Pellegrini concordou que a integração por API era tecnicamente simples, embora reconhecesse desafios operacionais, e a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou que o tema seria abordado em sequência pela SERMOP-MPA.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) questionou se a central de rastreamento cumpria a norma de avisar o usuário quando houvesse falha de transmissão, relatou decisão judicial favorável ao setor por ausência desse aviso. Também defendeu a suspensão de autuações enquanto o sistema não funcionasse adequadamente, e registrar que o sistema Argos da CLS já havia sido utilizado na pesca no Brasil no passado.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) destacou que o rastreador foi proposto para aumentar a segurança, por isso, apontou que muitos acidentes ocorrem entre 3h e 6h, quando as embarcações iniciavam a pescaria e o socorro era mais difícil e questionou o atendimento direto da empresa CLS em emergências noturnas.



O Sr. Alexandre Fonseca Azeredo (Marinha do Brasil) esclareceu que a Marinha operava 24 horas por dia por meio do sistema Salva Mar Brasil, com emprego de navios e aeronaves, embora o tempo de resposta variasse conforme a distância do sinistro. Também reiterou que, havendo sinal celular, o contato deveria ser feito pelo número 185.

O Sr. Júlio Pellegrini (CLS Brasil) complementou que a CLS apoiava sistemas SAR e explicou que o serviço permitiria o acionamento imediato via botão de pânico, com alertas por WhatsApp a contatos cadastrados.

A Sra. Giselle dos Santos (SERMOP-MPA) informou que o PREPS era um programa de Estado em processo de reconstrução, com revisão simultânea da norma e do sistema, e explicou que limitações sistêmicas ainda impediam testes de conectividade e a atuação de novas empresas. Relatou que foi firmado TED com a UFSC para revitalização do sistema, com prazo inicial de quatro meses para entrega de soluções e oito meses para a etapa de revitalização, além de revisão normativa prevista para o primeiro semestre de 2026. Esclareceu também as responsabilidades previstas na norma quanto ao monitoramento e às sanções, destacando acompanhar o sistema e o sinal cabe tanto à Central de Rastreamento, quanto ao responsável pela embarcação, se colocando à disposição para demais dúvidas.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a apresentação e os esclarecimentos da CLS Brasil, bem como a participação presencial dos representantes e as contribuições dos participantes, e encaminhou a reunião para o próximo bloco de Demais Demandas de Ordenamento. O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) gostaria de fazer questionamentos à Sra. Giselle, porém, em virtude do tempo e por serem assuntos pontuais, foi acordado que conversaria fora da reunião e, caso seja uma demanda mais ampla, poderia ser tornar pauta da reunião de 2026.

16. DEMAIS DEMANDAS DE ORDENAMENTO

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) defendeu a necessidade de ajustar as permissões de pesca às diferentes frotas e regiões, argumentando que a segmentação das licenças



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

poderia facilitar a gestão e a divisão de cotas por espécie, especialmente de tubarão-azul, e sugeriu um espaço específico de discussão no âmbito do CPG.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou que o tema seria tratado no futuro GT de Permissionamento, com uso da estrutura dos CPGs e GTCs, e propôs aguardar o plano de trabalho do GT para avaliação no CPG. A Sra. Mônica ponderou que a revisão ampla da INI MPA/MMA nº 10/2011 poderia atrasar o processo e sugeriu debates segmentados por pescaria.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) concordou com a discussão no GT, mas ressaltou que o CPG não deveria ficar condicionado à lentidão do GT, defendendo que os debates avançassem paralelamente. Ao final, a Sra. Sandra assumiu o compromisso de pautar o tema no CPG caso o plano de trabalho do GT não estivesse pronto até a primeira reunião de 2026.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) defendeu a unificação das licenças em âmbito nacional como forma de viabilizar a pesca de espinhel e regularizar apetrechos, e solicitou ao MPA apoio para acelerar, junto à Capitania, a implementação de um novo modelo de curso de mestre desenvolvido no Espírito Santo, considerado essencial e mais acessível aos pescadores, com potencial de ser referência nacional.

A Sra. Sandra Souza informou que já existia recomendação em andamento sobre o curso de mestre, reforçada pela Sra. Thamires Ventura (SNPI-MPA), que esclareceu tratar-se da REC 5/2024B, a qual já fora encaminhada às instituições e estava em fase de priorização para 2026. O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) solicitou celeridade na análise de proposta já elaborada com IFES, MPF e Capitania, e a Sra. Sandra Souza registrou o pedido e comprometeu-se a repassá-lo à Marinha.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) afirmou que concordara parcialmente com a proposta apresentada por Mônica (ICMBio), reconhecendo que a divisão das cotas poderia ser melhor ajustada, mas destacou que o processo de unificação das licenças já estava avançado desde 2023 e seria mais viável, sem impedir discussões específicas sobre



cotas. A Sra. Sandra Souza encaminhou que, caso não houvesse avanço, o tema seria pautado em reunião futura.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) manifestou apoio à posição de Mônica e defendeu que propostas concretas fossem apresentadas como recomendações, com consulta prévia aos armadores, para permitir o avanço das discussões. A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) ponderou que a reunião de dezembro teria foco nas discussões pós-ICCAT e nos limites de captura para 2026, comprometendo-se a pautar o tema na primeira reunião ordinária de 2026, mantendo abertura para avaliar encaminhamentos intermediários.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) defendeu que fosse demandado ao GTC subsídio técnico-científico para avaliar a mortalidade de espécies descartadas, alertando que o descarte após o atingimento do buffer poderia gerar mortes não computadas na cota, sem base técnica para embasar decisões políticas, e manifestou preocupação com os impactos para a conservação e o cumprimento das cotas.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) questionou o formato adequado do encaminhamento, ao que a Sra. Mônica Peres (ICMBio) esclareceu tratar-se de uma demanda do CPG ou do MPA ao GTC para qualificar o debate. A Sra. Sandra Souza afirmou que o encaminhamento seria avaliado internamente.

Dra. Patrícia Charvet (UFC/SSG-IUCN) avaliou que o descarte de tubarões e raias envolveu alta mortalidade por estresse e manuseio, que deveria ser considerada como mortalidade por pesca nos cálculos, destacando a pertinência de integrar o tema às discussões normativas.

A Sra. Sandra Souza informou que o tema seria amadurecido posteriormente, ademais, encerrou o bloco de discussões para início das recomendações.

17. RECOMENDAÇÕES

A Sr.^a Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, explicou que a equipe passaria à leitura das recomendações elaboradas a partir das discussões da 7^a Reunião Ordinária



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

do CPG Atuns e Afins, solicitando apenas a validação ou ajustes de redação, sem reabrir debates, e permitindo a indicação de eventuais recomendações faltantes antes da projeção da lista.

A discussão concentrou-se principalmente na elaboração de planos de recuperação para espécies ameaçadas geridas pela ICCAT, na definição de posicionamento e encaminhamentos sobre MP/MSE do bonito-listrado, e na revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011, com consolidação de contribuições do setor. Houve ainda amplo debate sobre áreas de exclusão de pesca, especialmente o Albardão, mas sem consenso para inclusão como recomendação formal do CPG. A Sra. Sandra reforçou as etapas pré-CPG, lembrando que há um período destinado a indicação de pautas para inclusão na agenda, apontando que pode ser solicitada a inclusão de discussão sobre o assunto. Após as discussões, foram compiladas três recomendações as quais se encontram na tabela abaixo:

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2025B: Pautar em reunião do Comitê de Espécies Ameaçadas a elaboração de Planos de Recuperação de espécies que estão na lista de espécies ameaçadas de extinção, mas que são geridas pela ICCAT e possui limite de captura estabelecido para o Brasil.	MPA	Na primeira reunião do Comitê
REC 2/2025B: Encaminhar apresentação relacionada à escolha do MP do MSE do bonito listrado (SKJ) aos membros do CPG (até 31 de outubro) e receber devolutivas até dia 4 de novembro	Membros do CPG Atuns e Afins	Até 04 de novembro de 2025
REC 3/2025B: Consolidar todas as recomendações do CPG em relação a revisão da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011. Os membros do CPG devem enviar suas considerações em relação à revisão até 31 de dezembro de 2025 à coordenação do CPG para esta encaminhar ao GTC Atuns e Afins o compilado, com o objetivo de subsidiar o GT Permissionamento.	Coordenação do CPG Membros do CPG	1º semestre de 2026



*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

18. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS

A Sr.^a Sandra Souza questionou se haveria sugestões para datas para o calendário de 2026, porém os participantes sugeriram que fosse abordado na reunião de dezembro de 2025.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) alertou para possíveis extrapolações de cotas de espadarte e cação no Atlântico Norte e recomendou revisar transferências e reportes ao ICCAT. A Sra. Sandra Souza afirmou que reforçaria o tema com a equipe.

Ademais, a Sra. Sandra informou que a reunião pós-ICCAT ocorreria em 11 e 12 de dezembro de 2025 e que na última reunião do CPG foi indicado que houvesse reunião em Santa Catarina ou Amapá, por isso questionou os participantes sobre as sugestões de local para a próxima reunião. Os participantes decidiram por Santa Catarina, com definição entre Itajaí ou Florianópolis.

O Sr. Marcos Bailon (SEPAQ-AP) sugeriu por Itajaí pela infraestrutura. Mônica Peres (ICMBio) ponderou dificuldades logísticas para a realização em Itajaí e defendeu Florianópolis. Em tom de brincadeira, o Sr. Frank Marques (AMFRI) sugeriu Porto Belo e o Sr. Bell Neves (QUALIPESCA) sugeriu Fortaleza. Por fim, Sandra Souza confirmou Santa Catarina como sede da próxima reunião.

19. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva, Sra. Sandra Souza, agradeceu a presença de todos que participaram de forma presencial e de forma virtual, despendendo de seu tempo para acompanhar e participar as discussões. Em seguida, declarou encerrada a reunião.